

Demonstrações Financeiras

2011



Sua energia
NOS INSPIRA



Fotografe o QR CODE
para acessar o nosso site

www.cteep.com.br

Senhores Acionistas,

A Administração da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com o Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Chegamos ao final do ano de 2011 certos de que os esforços foram transformados em bons resultados. Não apenas traduzidos em nossos números que, proporcionalmente, estão entre os melhores do mercado, mas principalmente na confiança e na satisfação dos nossos stakeholders.

De acordo com a gestão integral, que incorpora o acompanhamento da estratégia definida por nosso Conselho de Administração, as dimensões financeira e operacional, e capacidade de gerenciar projetos, nos permitiram obter resultados dignos de comemoração. O EBITDA em 2011 foi 23,84% maior do que em 2010, totalizando R\$ 1.456,5 milhões com margem de 50,2%. O lucro líquido somou R\$ 915,3 milhões, o que representa avanço de 12,7% em relação ao ano de 2010.

Com o apoio do nosso corpo de colaboradores, melhoramos ainda mais nosso desempenho operacional. Com isso, mais uma vez a CTEEP colocou o seu nível de energia não suprida (ENS) em posição de destaque, figurando entre os melhores índices das empresas de transmissão do Brasil. Não obstante, pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia recebeu o maior prêmio adicional de Receita Anual Permitida (RAP), pela disponibilidade dos ativos de transmissão.

Foram fundamentais para tal desempenho os investimentos em manutenção e modernização, como por exemplo, a digitalização das subestações, seguindo a nova norma da IEC 6530, e a criação de redundância nos sistemas que ainda não contavam com tal benefício. Ao longo do ano, foram investidos R\$ 91,4 milhões em manutenção e R\$ 10,4 milhões em digitalizações de subestações.

Em 2011, a CTEEP e suas subsidiárias, Pinheiros e Serra do Japi, adicionaram 3.000 MVA ao estado de São Paulo, valor correspondente a 30% do consumo da cidade de São Paulo. Esses projetos reforçam a disponibilidade e a confiabilidade da transmissão de energia elétrica.

A energia das nossas conquistas vem de uma equipe motivada e comprometida com as metas, à qual manifestamos nosso agradecimento por toda a colaboração ao longo do ano. Agradecemos aos parceiros e fornecedores pelo desenvolvimento de uma relação duradoura e eficiente. Também agradecemos aos acionistas, conselheiros e demais diretores pelo suporte, dedicação e empenho na construção de uma Companhia rentável, sustentável e dedicada à sua missão.

1. PERFIL DA COMPANHIA

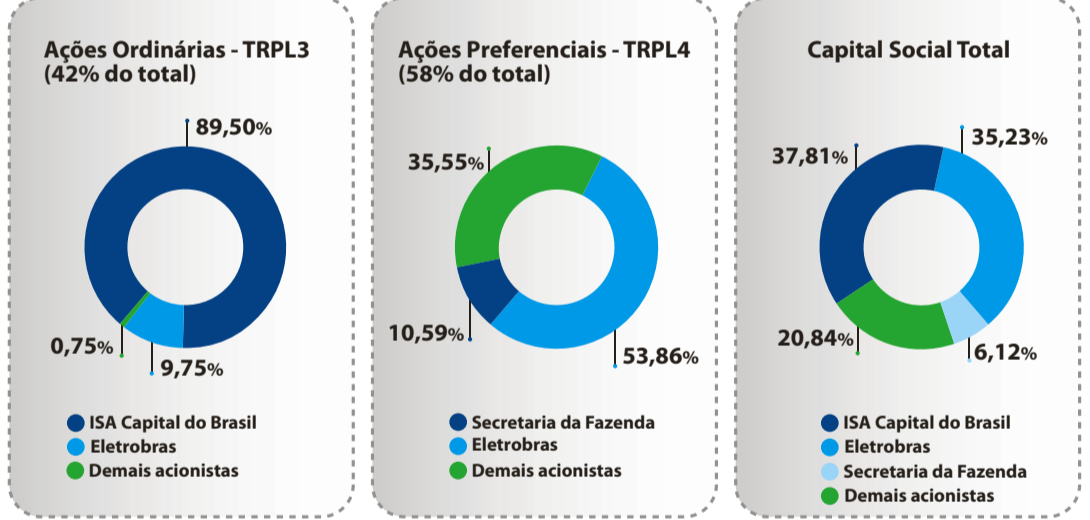
Maior concessionária privada do serviço público de transmissão de energia do Brasil, a CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) é responsável pelo transporte anual de 30% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo. Ao final de 2011, contava com uma equipe de 1.458 funcionários. A receita operacional líquida foi de R\$ 2,9 bilhões e o lucro líquido de R\$ 915,3 milhões.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco. Possui ainda participação em empresas constituídas para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros) e Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 50% na IESul (Interligação Elétrica Sul), 51% na IEMadeira (Interligação Elétrica Madeira); 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e 51% na IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns).

Em 2011, um total de 141.127 GWh de energia trafegaram pelo sistema elétrico da CTEEP, uma rede formada por 12.993 km de linhas de transmissão, 18.782,41 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 106 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 45.131 MVA. Essa rede interliga pontos de conexão de empresas geradoras e de outras transmissoras até a rede das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

A inovação tecnológica e o investimento anual na expansão, reforço e manutenção de rede, necessários para garantir a qualidade e confiabilidade das operações, expressam a missão da Companhia de buscar excelência na prestação de serviços e a satisfação dos clientes por meio de uma gestão sustentável que busque a perenidade da Companhia, retorno adequado aos acionistas e o desenvolvimento da comunidade.

Composição Acionária



Governança Corporativa

A CTEEP trabalha continuamente para evoluir e aperfeiçoar seus processos de gestão e sistemas de controle. Como resultado desta constante busca pela melhoria, a Companhia foi a primeira do setor de energia elétrica no estado de São Paulo a aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa, e também faz parte do Índice de Governança Corporativa (IGC) da BM&FBovespa, composto por empresas que apresentam maior transparência no relacionamento com seus stakeholders.

O modelo de gestão adotado pela CTEEP está em consonância com as melhores práticas do mercado. Diante disso, e com o objetivo de nortear as decisões e atuações de seus profissionais, a Companhia conta com o Código de Ética e o Código de Governança Corporativa, aprovados pelo Conselho de Administração. Ambos afirmam a disposição da alta administração e de seus colaboradores com a transparência na gestão e no relacionamento com os stakeholders.

Gestão sustentável

A Companhia adota um modelo de gestão estratégica integrado, com base na aplicação da metodologia balance scorecard e busca contínuo aprimoramento na tradução da sua estratégia. Como produto, em 2011, a CTEEP revisou seu mapa estratégico definindo três direcionadores de mercado: sustentabilidade do negócio, tecnologia em transmissão e confiabilidade do serviço, que apontam para a estratégia de garantir a perenidade do negócio com contínua agregação de valor ao acionista.

Ao longo de 2011, a Companhia apontou avanços nos compromissos estabelecidos com seus públicos de relacionamento: clientes, acionistas e investidores, fornecedores, sociedade, colaboradores e Estado. Atentos aos nossos clientes, a CTEEP alcançou excelentes indicadores operacionais, expressão dos serviços com qualidade a custos competitivos, da alta disponibilidade de ativos e da interação constante com este grupo.

Existe na CTEEP um compromisso muito claro com a sociedade: criar melhores condições para fazer a gestão do negócio, não apenas no presente, mas visualizando o futuro. A CTEEP enxerga como dever a sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade e, nesse sentido, é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, adere à metodologia GRI em seu relatório de sustentabilidade e participa dos indicadores ETHOS.

A Companhia investiu R\$ 2.200 mil na realização de iniciativas que contribuem para a inclusão social a partir da educação e da promoção de projetos culturais. Com isso beneficiou diretamente 4.665 pessoas e mais de 50.000 indiretamente, com isso, trazendo à sociedade discussões relevantes como a convivência com as linhas de transmissão e o seu papel na sustentabilidade.

Uma boa gestão é factível com colaboradores comprometidos e preparados para os desafios. Assim investimentos são continuamente realizados na qualificação, treinamento e, principalmente, segurança para exercício das atividades. Em 2011, seus 1.458 colaboradores, em média, participaram de 52,6 horas de treinamentos.

Para garantir hoje a CTEEP das décadas futuras, a Companhia focou na visão inovadora para seus projetos de pesquisas e desenvolvimento, visando eficiência energética, produtividade e prospecção de novas tecnologias.

2. AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Grandes esforços são continuamente empregados no sentido de melhor operar, manter e expandir a capacidade de transmissão da CTEEP com altos indicadores de qualidade. A confiabilidade e a excelência operacional são prioridades que norteiam sua atuação.

Em 2011, o planejamento de manutenção, os empreendimentos que entraram em operação e a gestão da operação foram fundamentais para a performance dos indicadores, que figuram entre os melhores do setor, sobretudo diante dos fenômenos meteorológicos e a instabilidade climática que prevaleceu sobre a região de atuação da Companhia. A CTEEP atua no sentido de mitigar os riscos de ocorrências, por meio de investimentos e manutenção. Entretanto, quando estes eventualmente ocorrem, sua resposta é imediata no sentido de circunscrever a ocorrência por meio do ilhamento e proceder ao imediato reestabelecimento.

Em linha com a estratégia de expandir sua atuação, em setembro de 2011, a CTEEP, em consórcio com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), arrematou em leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o lote composto por duas subestações e quatro linhas de transmissão localizadas na Paraíba e em Pernambuco, destinadas a aumentar a confiabilidade do sistema de transmissão no Nordeste brasileiro.

Arrematou ainda a subestação Itapeti, que visa melhorar a qualidade e a confiabilidade do sistema de transmissão na região nordeste da Grande São Paulo, compreendida entre os municípios de Mogi das Cruzes e região até o Vale do Paraíba.

Os lotes arrematados em leilão totalizaram RAP de R\$ 73,3 milhões e investimentos estimados de R\$ 693 milhões.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As **receitas de construção** totalizaram R\$ 1.103.686 mil em 2011, comparadas com R\$ 693.803 mil em 2010, impactadas positivamente pelo avanço das obras da Serra do Japi e das obras da IEMadeira, bem como das obras de reforços e ampliação no sistema de transmissão da CTEEP.

As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$ 555.127 mil em 2011, comparadas com R\$ 442.469 mil em 2010, sobretudo, pela correção da Receita Anual Permitida - RAP do ciclo 2010/2011 para o ciclo 2011/2012, de acordo com a variação do IGPM acumulado.

As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$ 1.589.969 mil em 2011, comparadas com R\$ 1.398.245 mil em 2010, refletindo a remuneração do saldo de contas a receber de construção, que teve variação positiva de 21%. Adicionalmente, em julho de 2011, a Companhia e suas controladas reconheceram os ajustes positivos oriundos do reposicionamento tarifário anual, que afetaram os seus fluxos de caixa no montante de R\$ 246.871 (em 2010 R\$ 86.360) como ajuste na receita financeira anual. Tendo em vista que os ativos financeiros oriundos da concessão são classificados como empréstimos recebíveis.

As **deduções da receita operacional** atingiram R\$ 367.884 mil em 2011 e R\$ 295.257 mil em 2010, representadas por tributos e encargos que refletem o crescimento da receita operacional.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a **receita operacional líquida** aumentou 28,6%, atingindo R\$ 2.900.805 mil em 2011, comparada com R\$ 2.256.286 mil em 2010, em decorrência do aumento de 59,1% das receitas de construção, 25,5% das receitas de operação e manutenção; de 13,7% das receitas financeiras, e 23,5% de deduções da receita operacional.

Os **custos de construção e de operação/manutenção** tiveram aumento de 39,6%, alcançando R\$ 1.323.409 mil em 2011 frente aos R\$ 948.270 mil em 2010, em decorrência de acréscimos de R\$ 366.576 mil referente a gastos de materiais e serviços aplicados, substancialmente, às obras da Serra do Japi e da IEMadeira.

As **despesas operacionais líquidas** não apresentaram variações relevantes no total, em 2011 R\$ 157.772 mil e em 2010 R\$ 161.773 mil, entretanto, destacamos algumas movimentações importantes ocorridas no exercício: (i) reversão de provisão para contingências, referente a ganho de processo trabalhista, no montante de R\$ 27.603 mil; (ii) constituição de provisão para perdas com estoques no total de R\$ 17.971 mil; (iii) aumento nas despesas de contratação de serviços no valor de R\$ 5.999 mil; e (iv) acréscimo na despesa com pessoal no valor de R\$ 3.207 mil devido basicamente ao dissídio do período.

A margem **EBITDA** foi de 50,2%, totalizando R\$ 1.456.517 mil em 2011 em comparação a 52,1%, R\$ 1.176.130 mil em 2010.

O **resultado financeiro** atingiu despesa de R\$ 200.520 mil em 2011 apresentando aumento de 91,5% em relação a R\$ 104.696 mil em 2010 devido a maior alavancagem financeira. A CTEEP captou em 2011, R\$ 500,0 milhões em Notas Promissórias e R\$ 250,0 milhões em CCB internacional e *Commercial Paper*, gerando despesa financeira adicional de aproximadamente R\$ 47 milhões. As controladas, Serra do Japi e IEMadeira, tiveram um aumento nas captações de curto prazo e as controladas Pinheiros, IESul e Serra do Japi tiveram novas captações de longo prazo junto ao BNDES, gerando uma despesa financeira adicional de aproximadamente R\$ 24,0 milhões. Cabe ressaltar o aumento do CDI de 2010 para 2011 que elevou o custo total da dívida em aproximadamente 1,68% a.a. Devido, substancialmente, a maior captação de curto prazo, sobretudo pelas controladas Serra do Japi e IEMadeira, que estão em fase de construção das linhas de transmissão, o capital circulante líquido consolidado em 31 de dezembro de 2011 estava negativo em R\$ 83,2 milhões.

As despesas com **imposto de renda e contribuição social** aumentaram 32,5% somando R\$ 303.844 mil em 2011 contra R\$ 229.376 mil em 2010. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 24,9% em 2011 comparada com 22,0% em 2010, as principais diferenças permanentes que justificam a variação entre a taxa efetiva e a taxa nominal são despesa de juros sobre capital próprio, resultado de equivalência patrimonial e reversão da provisão para manutenção de integridade do patrimônio líquido.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** de 2011 totalizou R\$ 915.260 mil, montante 12,7% superior quando comparado a R\$ 812.171 mil em 2010.

4. INVESTIMENTOS

Em 2011, os investimentos realizados pela CTEEP em reforços, modernizações e melhorias dos ativos existentes, na capitalização de mão de obra e em aportes nas subsidiárias totalizaram R\$ 661,4 milhões.

Plano de Investimentos Plurianual 2012/2014

Em reunião realizada em 23 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Investimentos Plurianual para o triênio 2012/2014, com base nas estimativas de execução de investimentos da Companhia.

(R\$ milhões)	2012	2013	2014
Próprio (A)	312,1	442,5	350,6
Corporativo	15,6	8,4	8,4
Projeto Telecom	0,1	0,0	0,0
Reforços Tipo 1	107,6	178,3	97,5
Reforços Tipo 2	29,9	21,8	20,5
Novas Conexões	27,8	91,5	107,4
PMT	78,9	73,1	62,6
PMIS	38,0	54,7	38,8
Capitalização de pessoal	14,1	14,7	15,5
Participação nas subsidiárias (B)	333,3	76,3	83,1
IENNE	1,6	0,0	0,0
IEPinheiros	50,8	4,7	0,0
IESul	14,5	0,0	0,0
IEMadeira	251,9	2,0	0,0
Serra do Japi	5,7	0,0	0,0
IEGaranhuns	8,7	69,6	83,1
Total (A+B)	645,4	518,8	433,7

Para garantir a efetividade do Plano de Investimentos Plurianual, a CTEEP buscará apoio financeiro de diferentes fontes para financiar seus investimentos nos projetos de reforços, novas conexões, manutenção (PMT e PMIS) e Telecom, bem como nos aportes em suas subsidiárias.

5. MERCADO DE CAPITAIS

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram 2011 cotadas a R\$ 54,00 e R\$ 57,99, respectivamente, o que representa uma variação de -11,62% e +5,25%, também respectivamente, em relação a 2010. Somando os proventos pagos aos acionistas ao valor da ação, o retorno referente às ações ordinárias foi de -1,79% e 18,03% sobre as ações preferenciais. Durante o exercício de 2011, o IBovespa desvalorizou-se 18,11% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou-se 19,72%.

Ao longo do ano, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 7,2 milhões, com uma média diária de 743 negócios.

A CTEEP também participa do programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento do exercício social de 2011, a base acionária da Companhia era composta por 23.724 ADRs referentes às ações ordinárias e 2.098.918 ADRs referentes às ações preferenciais.

Remuneração aos Acionistas

Em relação ao lucro líquido registrado em 2011, incluindo os dividendos pagos em janeiro de 2012, os acionistas receberam R\$ 757,7 milhões, na forma de proventos, o que corresponde a R\$ 4,98 por ação de ambas as espécies. Tal remuneração representou dividend yield de 8,59% e payout de 82,78%.

6. AUDITORES INDEPENDENTES

No que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, a CTEEP segue princípios que preservam a independência do auditor, que não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, ou ainda advogar por seu cliente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Ernst & Young Terco").

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, a CTEEP informa que o valor dos serviços prestados pela Ernst & Young em 2011 foi de R\$ 80 mil e refere-se à Auditoria Contábil e Financeira dos Projetos, Planos de Gestão e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE, regulados pelas Resoluções 316/2008 e 300/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, contratado em 29/06/2011, com duração de 14 meses. Esta prestação de serviço correspondeu a 30,6% do contrato anual de Auditoria das Demonstrações Financeiras.

As políticas da Companhia e de suas controladas vedam a contratação de seus auditores independentes para a prestação de serviços que possam gerar conflito de interesses ou perda de objetividade dos mesmos.

A Administração

Os lotes arrematados em leilão totalizaram RAP de R\$ 73,3 milhões e investimentos estimados de R\$ 693 milhões

Novos projetos da CTEEP e de suas subsidiárias Pinheiros e Serra do Japi, adicionaram 3.000 MVA, ou seja, 30% do consumo da cidade de São Paulo.

O lucro líquido somou R\$ 915,3 milhões, avanço de 12,7% em relação ao ano de 2010.

Investimentos R\$ 2.200 mil em iniciativas que contribuem para a inclusão social a partir da educação e da promoção de projetos culturais.



Sua energia
NOS INSPIRA

LSA CTEP
www.ctep.com.br

IBOVESPA

IEE

IBRX

IGC

MLCX

B3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	151.021	40.334	207.295	54.983
Contas a Receber (ativo de concessão)	6	1.434.110	1.413.681	1.474.794	1.424.390
Estoques		50.044	44.791	50.052	44.791
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	7	14.906	22.938	14.906	22.938
Tributos e contribuições a compensar	8	7.840	9.780	11.326	11.230
Despesas pagas antecipadamente		1.786	1.828	3.190	2.611
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	1.673	-
Créditos com controladas	28	3.291	146	-	-
Dividendos a receber	28	529	-	-	-
Outros		74.078	35.798	74.529	35.802
		<u>1.737.605</u>	<u>1.569.296</u>	<u>1.837.765</u>	<u>1.596.745</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a Receber (ativo de concessão)	6	3.423.417	3.231.704	5.335.027	4.225.309
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	7	810.750	681.129	810.750	681.129
Benefício fiscal - ágio incorporado	9	119.079	147.911	119.079	147.911
Imposto de renda e contribuições social diferidos	27	-	28.050	-	28.050
Cauções e depósitos vinculados	10	61.886	42.248	61.886	42.248
Créditos com controladas	28	-	56.338	-	-
Estoques		145.395	184.264	145.395	184.264
Instrumentos financeiros derivativos	29	53.736	-	54.195	-
Outros		21.007	1.267	27.617	6.624
		<u>4.635.270</u>	<u>4.372.911</u>	<u>6.553.949</u>	<u>5.315.535</u>
Investimentos	11	883.515	531.314	-	-
Imobilizado	12	8.655	9.044	8.784	9.194
Intangível	13	8.946	9.944	8.998	9.944
		<u>901.116</u>	<u>550.302</u>	<u>17.782</u>	<u>19.138</u>
		<u>5.536.386</u>	<u>4.923.213</u>	<u>6.571.731</u>	<u>5.334.673</u>
Total do ativo		7.273.991	6.492.509	8.409.496	6.931.418

As notas explicativas da administração são parte integrante

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	693.472	133.317	1.007.673	332.413
Debêntures	15	168.217	2.154	389.825	2.154
Fornecedores		48.781	48.856	83.056	93.964
Tributos e encargos sociais a recolher	16	77.471	87.731	80.273	88.745
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17	12.273	10.353	12.273	10.353
Encargos regulatórios a recolher	18	27.497	49.244	28.824	49.559
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	22(b)	232.156	193.822	232.156	193.822
Provisões	19	22.830	22.284	23.277	22.662
Valores a pagar - Fundação CESP	20	6.244	6.503	6.244	6.503
Instrumentos financeiros derivativos	29	27.226	-	27.226	-
Outros		25.750	12.885	30.185	13.874
		<u>1.341.917</u>	<u>567.149</u>	<u>1.921.012</u>	<u>814.049</u>
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	14	653.233	450.577	984.264	540.032
Debêntures	15	389.636	553.639	389.636	553.639
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17	145.236	144.964	145.236	144.964
PIS e COFINS diferidos		44.334	24.430	229.519	117.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	1.982	-	42.176	9.352
Encargos regulatórios a recolher	18	32.334	2.174	32.334	2.174
Provisões	19	101.832	161.688	101.832	161.688
Obrigações especiais - reversão/amortização	21	24.053	24.053	24.053	24.053
		<u>1.392.640</u>	<u>1.361.525</u>	<u>1.949.050</u>	<u>1.553.534</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	22 (a)	1.162.626	1.119.911	1.162.626	1.119.911
Reservas de capital	22 (c)	2.202.281	2.231.113	2.202.281	2.231.113
Adiantamento para futuro aumento de capital		666	666	666	666
Reservas de lucro	22 (d)	1.142.512	1.014.124	1.142.512	1.014.124
Proposta de distribuição de dividendo adicional	22 (b e d)	31.349	198.021	31.349	198.021
		<u>4.539.434</u>	<u>4.563.835</u>	<u>4.539.434</u>	<u>4.563.835</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.273.991	6.492.509	8.409.496	6.931.418

das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida	23	2.025.847	1.735.190	2.900.805	2.256.286
Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	24	(588.380)	(474.656)	(1.323.409)	(948.270)
Lucro bruto		1.437.467	1.260.534	1.577.396	1.308.016
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	24	(111.660)	(118.028)	(120.634)	(129.851)
Honorários da administração	24 e 28	(5.145)	(5.966)	(6.383)	(8.082)
Outras despesas, líquidas	26	(30.878)	(23.842)	(30.755)	(23.840)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	57.594	12.553	-	-
		<u>(90.089)</u>	<u>(135.283)</u>	<u>(157.772)</u>	<u>(161.773)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		1.347.378	1.125.251	1.419.624	1.146.243
Despesas financeiras	25	(277.851)	(133.712)	(336.577)	(152.253)
Receitas financeiras	25	118.898	43.553	136.057	47.557
		<u>(158.953)</u>	<u>(90.159)</u>	<u>(200.520)</u>	<u>(104.696)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.188.425	1.035.092	1.219.104	1.041.547
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	27	(243.130)	(222.549)	(244.206)	(222.630)
Diferido	27	(30.035)	(372)	(59.638)	(6.746)
		<u>(273.165)</u>	<u>(222.921)</u>	<u>(303.844)</u>	<u>(229.376)</u>
Lucro líquido do exercício		915.260	812.171	915.260	812.171
Lucro básico por ação	22 (e)	6,02735	5,36207		
Lucro diluído por ação	22 (e)	5,90743	5,23721		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receitas					
Operacionais		2.302.898	1.977.057	3.268.689	2.551.543
Outras operacionais		35.877	6.028	35.798	6.030
		<u>2.338.775</u>	<u>1.983.085</u>	<u>3.304.487</u>	<u>2.557.573</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos serviços prestados		(14.778)	(11.876)	(17.485)	(13.163)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(482.620)	(381.944)	(1.218.343)	(864.427)
		<u>(497.398)</u>	<u>(393.820)</u>	<u>(1.235.828)</u>	<u>(877.590)</u>
Valor adicionado bruto		1.840.977	1.589.265	2.068.659	1.679.983
Retenções					
Depreciação e amortização		(6.116)	(6.021)	(6.138)	(6.047)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		1.834.861	1.583.244	2.062.521	1.673.936
Recebido em transferência					
Resultado de Equivalência Patrimonial		57.594	12.553	-	-
Receitas financeiras		118.898	43.553	136.057	47.557
Valor adicionado total a distribuir		2.011.353	1.639.350	2.198.578	1.721.493
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		(149.280)	(118.649)	(153.876)	(121.546)
Benefícios		(34.863)	(31.673)	(35.639)	(32.074)
F.G.T.S		(9.983)	(10.176)	(10.199)	(10.306)
		<u>(194.126)</u>	<u>(160.498)</u>	<u>(199.714)</u>	<u>(163.926)</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(592.463)	(509.895)	(715.422)	(570.070)
Estaduais		(618)	(596)	(696)	(595)
Municipais		(18.270)	(12.576)	(18.270)	(12.576)
		<u>(611.351)</u>	<u>(523.067)</u>	<u>(734.388)</u>	<u>(583.241)</u>
Remuneração de capitais de terceiros					
Aluguéis		(13.032)	(10.661)	(13.176)	(10.661)
Juros e variações monetárias e cambiais		(277.584)	(132.953)	(336.040)	(151.494)
		<u>(290.616)</u>	<u>(143.614)</u>	<u>(349.216)</u>	<u>(162.155)</u>
Remuneração de Capitais Próprios					
Juros sobre capital próprio e dividendos		(789.028)	(771.638)	(789.028)	(771.638)
Lucros retidos		126.232	40.533	126.232	40.533

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Reservas de lucros									
	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	1.063.049	2.259.945	666	175.154	106.305	36.533	653.077	-	368.282	4.663.011
Aumento de capital (nota 22 (a))	56.862	(28.832)	-	-	-	-	-	-	-	28.030
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(3.240)	-	3.240	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	(368.282)	(368.282)
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	774	-	774
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	1.748	-	1.748
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	812.171	-	812.171
Destinação do lucro:										
Constituição da reserva legal (nota 22 (d))	-	-	-	40.609	-	-	-	(40.609)	-	-
Constituição da reserva estatutária (nota 22 (d))	-	-	-	-	5.686	-	-	(5.686)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,660255 por ação) (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(251.593)	-	(251.593)
Dividendos intermediários (R\$ 2,120969 por ação) (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(322.024)	-	(322.024)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 1,304237 por ação) (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(198.021)	198.021	-
Em 31 de dezembro de 2010	1.119.911	2.231.113	666	215.763	111.991	33.293	653.077	-	198.021	4.563.835
Aumento de capital (nota 22 (a))	42.715	(28.832)	-	-	-	-	-	-	-	13.883
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(2.217)	-	2.217	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	(198.021)	(198.021)
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	841	-	841
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	1.315	-	1.315
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	915.260	-	915.260
Destinação do lucro:										
Constituição da reserva legal (nota 22 (d))	-	-	-	16.762	-	-	-	(16.762)	-	-
Constituição da reserva estatutária (nota 22 (d))	-	-	-	-	4.272	-	-	(4.272)	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros (nota 22 (d))	-	-	-	-	-	-	109.571	(



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EPTE"), empresa oriunda de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital

do Brasil S.A. ("ISA Capital"), sociedade brasileira controlada pela Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("ISA"), sediada na Colômbia, constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Fundos - BM&FBOVESPA. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de "American Depositary Receipts - ADRs" - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 1, da BM&FBOVESPA. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia tem suas ações preferenciais incluídas no Índice Ibovespa e também integra o Índice de Governança Corporativa - IGC e o Índice de Energia Elétrica - IEE.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo	Próxima	RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
									R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001	(*)	20	07/07/15	4 anos	2013	Não	IGPM	1.992.484	06/11
CTEEP	143/2001		30	20/12/31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.793	06/11
IEMG	004/2007	100	30	23/04/37	5 anos	2012	Sim	IPCA	14.193	06/11
Pinheiros	012/2008	100	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	7.396	06/11
Pinheiros	015/2008	100	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	13.474	06/11
Pinheiros	018/2008	100	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.174	06/11
Pinheiros	021/2011	100	30	09/12/41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.400	09/11
Serra do Japi	026/2009	100	30	18/11/39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.200	06/11
LENNE	001/2008	25	30	16/03/38	5 anos	2013	Não	IPCA	36.435	06/11
IESul	013/2008	50	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	4.447	06/11
IESul	016/2008	50	30	15/10/38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.006	06/11
IEMadeira	013/2009	51	30	25/02/39	5 anos	2014	Não	IPCA	176.249	11/08 (**)
IEMadeira	015/2009	51	30	25/02/39	5 anos	2014	Não	IPCA	151.788	11/08 (**)
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09/12/41	5 anos	2017	Não	IPCA	68.900	09/11

(*) O contrato de concessão nº 059 da CTEEP subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas até 31 de dezembro de 1999; e NI (Novos Investimentos) referente às instalações energizadas a partir de 1º de janeiro de 2000. As informações relativas à revisão tarifária periódica referem-se apenas ao contrato de concessão nº 059 NI.

(**) Conforme contrato de concessão a Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A Companhia estima que a IEMadeira inicie suas operações em meados de 2012 (lote D) e 2013 (lote F).

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital e a ISA comprometeram-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

Todos os contratos de concessão acima prevêm o direito de indenização sobre os ativos relacionados à concessão no término de sua vigência.

Participação em leilões

(I) Leilão 001/2009

Lote C - LT Porto Velho - Jauru

O lote C refere-se ao terceiro circuito da linha de transmissão - LT em 230 kV entre Jauru (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia), totalizando 987 km. Para a exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Em 19 de maio de 2010, a Linha Verde protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 15 de março de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.814, o pedido de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 07 de abril de 2011, a CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Linha Verde de sua propriedade para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.

Lote D - LT Porto Velho - Rio Branco

Este lote refere-se ao segundo circuito da LT em 230 kV entre Porto Velho (Rondônia), Abunã e Rio Branco (Acre), totalizando 487 km. Para exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Rio Branco Transmissora de Energia S.A.

Em 29 de outubro de 2010, a Rio Branco protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 15 de fevereiro de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.774, o pedido de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 05 de maio de 2011, a CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Rio Branco de sua propriedade para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

Lote E - LT Jauru - Cuiabá e a subestação Jauru

Este lote refere-se a LT em 500 kV entre Jauru e Cuiabá (Mato Grosso), totalizando 348 km, e a subestação Jauru, de 500/230 kV. Para exploração dessas instalações foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. Em 14 de maio de 2010, a CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Matogrossense de sua propriedade para a Mavi Engenharia e Construções Ltda.

(II) Leilão 001/2011

Em 10 de junho de 2011, através do leilão ANEEL nº 001/2011, em sessão pública realizada na BM&FBOVESPA, a CTEEP constituiu, juntamente com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, o consórcio Extremoz, que arrematou o lote A, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II, em 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Este projeto tem investimento estimado em R\$ 622,0 milhões e RAP de R\$ 31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "Controladora", foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.

As demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Exceto quanto ao resultado do exercício, a Companhia não possui outros resultados abrangentes. Dessa forma, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois equivale à demonstração do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados no menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionadas aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo financeiro, determinação das receitas de construção e de operação e manutenção, definição da taxa efetiva de juros do ativo financeiro, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

• Contabilização de contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro. O tratamento contábil para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos nas notas explicativas 3.23 e 6.

• Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada, e incluído como remuneração dos serviços de construção.

• Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Esta taxa de juros é determinada por contrato de concessão, podendo ser fixa ou variar conforme novos investimentos. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos, receitas ou taxa de juros, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

• Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apura margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

• Valor do ativo indenizável

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, porventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

• Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

2.4 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da CTEEP, de suas controladas e de suas controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto (joint venture) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2011 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Data-base das demonstrações financeiras	Participação %	
		2011	2010
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31/12/2011	100	60
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31/12/2011	100	100
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31/12/2011	100	100

Controladas em conjunto

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)
 31/12/2011 | 25 | 25 |

Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESUL)
 31/12/2011 | 50 | 50 |

Interligação Elétrica da Madeira S.A. (IEMadeira)
 31/12/2011 | 51 | 51 |

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)
 31/12/2011 | 51 | - |

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

• eliminação do patrimônio líquido das controladas;

• eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,

• eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora. Todas as empresas consolidadas tiveram suas demonstrações financeiras examinadas ou revisadas por auditores independentes para fins de consolidação.

Não há participação de acionistas não controladores a serem destacados nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com a Resolução Normativa nº 396 da ANEEL publicada em 23 de fevereiro de 2010, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - "DCR", a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A DCR conterá uma conciliação entre o resultado apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE elaborada para fins societários e o resultado apresentado na Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício - DRRE, bem como a conciliação entre os saldos apresentados dos grupos e subgrupos de contas que compõe o balanço patrimonial societário e o regulatório.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 (IFRIC 12 e OCPC 05 vide nota 3.23). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e CPC 30 (IAS 18) - Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são:

(a) Receita de construção

Refere-se aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção, considerando que boa parte de suas instalações é construída através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

(b) Receita financeira

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva de juros sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro.

(c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. A partir de 2009, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Trimestral.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente. Exceto pela Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("IEMG"), Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Pinheiros"), Interligação Elétrica do Sul S.A. ("IESul") e a Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("IENNE"), que optaram pelo regime do Lucro Real, as demais controladas são consideradas, para fins fiscais, em fase pré-operacional, não sendo apurado tributos correntes sobre o lucro.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e do CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os Encargos Setoriais, abaixo descritos, fazem parte das políticas de Governo para o Setor Elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Criado pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973. Tem como finalidade reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos sistemas isolados. Esse custo abrange custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratadas pelos agentes de distribuição, encargos e impostos não recuperados, prestação de serviço de energia elétrica em regiões remotas e contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

(ii) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

(iii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como: energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

(iv) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou empacotamento dos serviços públicos de energia elétrica, ou também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(v) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.



Sua energia NOS INSPIRA



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.7 Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, inclui os valores a receber referentes aos serviços de construção, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável. O ativo indenizável, registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.8 Estoques

Os estoques são apresentados por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

A Companhia não considerou relevante o saldo do ativo imobilizado e, consequentemente, optou por não adotar a prática do "custo atribuído" ("deemed cost"), conforme previsto no ICP 10 (IAS 16 e 40) - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado conforme determinado pelo ICP 10 (IAS 16 e 40) não foram considerados relevantes pela administração da Companhia.

3.11 Intangível

Representado, basicamente, pelos gastos incorridos na implantação do sistema ERP - SAP. A amortização é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil estimado do referido sistema. Adicionalmente, os efeitos de amortização decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo intangível, conforme determinado pelo ICP 10 (IAS 16 e 40), não foram considerados relevantes pela administração da Companhia.

3.12 Arrendamentos

(a) A Companhia como arrendatária

Arrendamentos operacionais
Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Arrendamentos financeiros

No início do contrato, os arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil é a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil, se for praticável determinar essa taxa, se não for, é utilizada a taxa incremental de financiamento do arrendatário. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

(b) A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

3.13 Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização. Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.14 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 19 (a).

3.16 Plano de aposentadoria e outros benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada período de relatório. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% do maior valor no exercício anterior, entre o valor presente das obrigações com os benefícios definidos e o valor justo dos ativos do plano, são amortizados no período médio restante esperado de vida laboral dos empregados participantes. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos. Eventual obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano. Qualquer ativo resultante desse cálculo está limitado ao montante das perdas atuariais não reconhecidas e do custo dos serviços passados, acrescido do valor presente de restituições disponíveis e reduções em futuras contribuições ao plano. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía ativos ou passivos atuariais reconhecidos contabilmente, conforme mencionado na nota explicativa 20.

3.17 Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICP 08, que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do capital social, condicionados à existência de lucros.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 22 (b).

A Companhia distribui juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.18 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de construção, e de operação e manutenção, considerando que essas receitas são originadas por um único contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica relevante, a CTEEP possui apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.20 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.21 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.22 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O cálculo do lucro diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações, conforme mencionado na nota explicativa 22 (e).

3.23 Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)

A partir de 01 de janeiro de 2009 a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICP 01 emitida pelo CPC ("equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB"). Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e
- o concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICP 01 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICP 01 (IFRIC 12), o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços de construção que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 - Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas da Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICP 01 (IFRIC 12) foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público ou privado que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICP 01 (IFRIC 12) foram aplicadas para as concessões das controladas IEMadeira, IESul, IENNE, IEMG, Serra do Japi e Pinheiros. Dada à impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva, a partir de 01 de janeiro de 2009, foi adotada para os contratos de concessão celebrados pela CTEEP, existentes naquela data.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas demonstrações financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embulem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às "IFRS" novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2011 e não tiveram a oportunidade de avaliar possível impacto da adoção dessas alterações.

(a) IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em junho de 2011, o IASB efetuou modificações no IAS 1, relacionadas com a apresentação dos itens registrados em ajustes de avaliação patrimonial (other comprehensive income), no patrimônio líquido. Essas modificações requerem que a Companhia agrupe os itens apresentados nessa rubrica de acordo com sua potencial realização (transferência para lucros (prejuízos) acumulados).

(b) IAS 12 Imposto de Renda

Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que o seu valor contábil será recuperado através da venda. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 01 de janeiro de 2012.

(c) IAS 19 Benefícios aos Empregados

Em junho de 2011, o IASB modificou o IAS 19 com o objetivo de introduzir melhorias nas seguintes áreas: (a) reconhecimento de mudanças no ativo/passivo líquidos dos planos de benefícios definidos; (b) mudanças, reduções nos benefícios ou liquidação do plano; (c) divulgação sobre planos de benefício definido; (d) contabilização de benefícios relacionados com desligamento; e (e) itens diversos relacionados com (i) a classificação de benefícios a empregados; (ii) estimativas da taxa de mortalidade; (iii) custos administrativos e tributários; (iv) riscos compartilhados e aspectos condicionais de indexação. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013. Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. A aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e consequente registro do ganho ou perda atuarial não registrado em contrapartida à conta de ajuste de avaliação patrimonial e a utilização da taxa de desconto do passivo atuarial no cálculo do retorno dos ativos.

(d) IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

O IAS 27 foi modificado em 2011 em consequência da emissão do IFRS 10 - Demonstrações contábeis consolidadas. Dessa forma, o IAS 27 passou a conter requerimentos somente sobre a elaboração de demonstrações contábeis separadas. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(e) IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures

O IAS 28 foi modificado em 2011 para incluir os empreendimentos em conjunto no escopo desse pronunciamento, em razão de o método de equivalência patrimonial ser aplicável tanto para os investimentos em coligadas como em empreendimentos em conjunto. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(f) IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 requer que todos os ativos financeiros sejam classificados na mesma base do modelo de negócio utilizado na administração de ativos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Os ativos são inicialmente mensurados pelo seu valor justo ajustados pelos custos da transação, exceto quando se tratar de um ativo avaliado pelo valor justo por meio do resultado. Ativos são avaliados subsequentemente pelo método do custo amortizado ou pelo valor justo. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(g) IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IFRS 10 requer que a controladora apresente demonstrações contábeis consolidadas. A IFRS 10 define os princípios de controle e estabelece que os controles são a base para determinação de quais entidades devem ser incluídas na consolidação das demonstrações contábeis. Um investidor controla uma investida se está exposta, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de impactar esses retornos através do poder exercido sobre essa investida. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(h) IFRS 11 - Contratos entre empreendedores

Esse IFRS substitui o IAS 31 - Investimento em Empreendimentos em Conjunto. O IFRS 11 requer que um participante de um empreendimento em conjunto determine o tipo de contrato no qual está envolvido através da avaliação de seus direitos e obrigações provenientes desse arranjo. O IFRS classifica os empreendimentos em conjunto em 2 tipos - operações em conjunto e empreendimentos em conjunto. Em uma operação em conjunto as partes mantêm os direitos sobre os ativos e passivos relacionados com o contrato. Em um empreendimento em conjunto as partes tem direitos sobre o patrimônio líquido do empreendimento. A avaliação dos direitos e obrigações pelas partes no arranjo deverá levar em conta a estrutura e a forma legal do arranjo, os termos contratuais do arranjo e, se relevante, outros fatos e circunstâncias. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(i) IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades

O IFRS 12 requer a divulgação de informações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis a: (i) compreender os julgamentos e premissas utilizados na determinação da natureza da participação em outras entidades ou arranjos em conjunto; (ii) a participação que não-controladores tem na atividades e no fluxo de caixa do grupo; (iii) avaliar a natureza e extensão de restrições no acesso ou uso de ativos e liquidação de passivos do grupo; (iv) avaliar a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com a participação nas entidades consolidadas; (v) a natureza e extensão de sua participação em entidades não consolidadas, bem como a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com essas entidades; (vi) a natureza e extensão de sua participação em arranjos com outros empreendedores, bem como a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com essas operações; (vii) avaliar as mudanças na participação dos controladores nas subsidiárias, quando não resultar em mudança de controle; e (viii) avaliar as consequências da perda de controle em subsidiárias durante o período em curso. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

(j) IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo

O IFRS 13 define o valor justo como o preço que poderia ser recebido para vender um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação organizada entre participantes de mercado, em uma data de avaliação (i.e. um preço de saída). Esta definição de valor justo ressalta que o valor justo é baseado na avaliação do mercado e não em uma avaliação específica de uma entidade. Portanto, a intenção de uma entidade em manter o ativo ou liquidar ou honrar um passivo não é relevante na determinação do seu valor justo. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013.

A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 15 R1 - Combinação de Negócios - Deliberação CVM nº 665 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 19 R1 - Investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto - Deliberação CVM nº 666 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 35 R1 - Demonstrações Separadas - Deliberação CVM nº 667 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 36 R2 - Demonstrações Consolidadas - Deliberação CVM nº 668 de 9 de agosto de 2011;
- CPC 20 R1 - Custo de Empréstimos - Deliberação CVM nº 672 de 20 de outubro de 2011;
- CPC 21 R1 - Demonstração Intermediária - Deliberação CVM nº 673 de 20 de outubro de 2011;
- CPC 00 R1 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro - Deliberação CVM nº 675 de 13 de dezembro de 2011;
- CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Deliberação CVM nº 676 de 13 de dezembro de 2011;
- ICPC 01 R1 - Contratos de Concessão - Deliberação CVM nº 677 de 13 de dezembro de 2011; e
- ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação - Deliberação CVM nº 677 de 13 de dezembro de 2011.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos.....	830	599	1.876	628
Aplicações financeiras (j).....	150.191	39.735	205.419	54.355
	151.021	40.334	207.295	54.983

(j) A composição das aplicações financeiras é como segue:

	% do CDI		Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
CDB.....	97,5%	a 103,0%	21.047	39.735	50.146	54.355
Compromissada (*).....	97,0%	a 102,3%	129.144	-	155.273	-
			150.191	39.735	205.419	54.355

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 29 (c).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

6. Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber serviços de construção (a).....	4.616.717	4.401.528	6.565.661	5.405.440
Contas a receber serviços de O&M (b).....				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

8. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda retido na fonte.....	5.530	4.279	8.517	5.619
Contribuição social retido na fonte.....	797	741	939	776
COFINS.....	877	3.211	1.016	3.273
PIS.....	275	790	305	803
Outros.....	361	759	549	759
	7.840	9.780	11.326	11.230

9. Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora - controladora e consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998. Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 22 (c)), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$ 689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Contrato de concessão		Total
	059/2001	143/2001	
2008 a 2012.....	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015.....	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031.....	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações financeiras, o valor líquido de R\$ 119.079 (R\$ 147.911 em 31 de dezembro de 2010), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

Ano	Ágio		Líquido
	Provisão	2011	
2008 a 2012.....	519.834	(343.091)	176.743
Realização no período.....	(84.800)	55.968	(28.832)
Saldos em 31/12/2010.....	435.034	(287.123)	147.911
Realização no período.....	(84.800)	55.968	(28.832)
Saldos em 31/12/2011.....	350.234	(231.155)	119.079

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras despesas, líquidas.

10. Cauções e depósitos vinculados - controladora e consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	2011		2010	
Depósitos judiciais.....				
Trabalhistas (nota 19 (a) (i)).....	52.867	27.914		
Fiscais - COFINS (b).....	-	5.668		
Previdenciárias - INSS (nota 19 (a) (iii)).....	2.745	2.745		
Autuações - ANEEL (a).....	6.076	5.723		
Outros.....	198	198		
	61.886	42.248		

(a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:

(i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$ 3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, não cumprir as determinações do "relatório de fiscalização"; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.

(ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$ 2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.

(iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$ 544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da linha de transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizado pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.

(iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$ 353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Companhia devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da Companhia.

(b) Depósitos judiciais - COFINS

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da ampliação da base de cálculo da COFINS, no montante original de R\$ 11.132, obtendo desfecho favorável, cujo recebimento ocorreu em outubro de 2009. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia recebeu o montante de R\$ 11.594, referente atualização monetária dos depósitos judiciais. A Companhia registrou um ganho no resultado financeiro, uma vez que o montante registrado era de R\$ 5.668.

11. Investimentos

(a) Informações sobre investimentos em controladas

	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	
						Data-base
IEMG.....	31/12/2011	78.855.292	100,0	78.855	52.319	12.196
	31/12/2010	47.313.175	60,0	78.855	85.689	2.166
Pinheiros.....	31/12/2011	206.699.000	100,0	206.700	216.735	6.093
	31/12/2010	198.199.000	100,0	198.200	202.142	3.236
Serra do Japi.....	31/12/2011	75.448.000	100,0	75.448	80.180	4.211
	31/12/2010	19.348.000	100,0	19.348	19.869	520

Inteligência Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 - Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km.

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente.

Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou à CTEEP sua intenção em alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$ 14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidos pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

A operação estava condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre elas a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pelo BNDES e pela ANEEL, ocorridas em 07 de dezembro de 2010, 16 de dezembro de 2010 e 21 de dezembro de 2010, respectivamente. Além das aprovações mencionadas, dentre as condições suspensivas figuravam determinados documentos que seriam providenciados pela vendedora e que foram apresentados em 28 de janeiro de 2011.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011 a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$ 15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente.

A administração julgou o valor ofertado por terceiro como sendo o valor justo dos ativos líquidos da IEMG.

	R\$ mil
Valor ofertado por terceiro.....	15.283
Participação negociada.....	40%
Valor ofertado equivalente a 100%.....	38.206
Nesse sentido, a Companhia reavaliou sua participação anterior de 60% no capital social da IEMG pelo valor justo na data da aquisição, como se o montante de R\$ 38.206 fosse ofertado para 100% da participação no capital social, e reconheceu no resultado do 2º trimestre de 2011, a perda resultante:	
Valor justo dos ativos líquidos.....	38.206
Participação anterior.....	60%
Valor justo do investimento (A).....	22.924
	R\$ mil
	85.690

Ativos líquidos (data-base 31 de dezembro de 2010).....

Participação anterior da CTEEP.....

Valor contábil do investimento (B).....

Perda na aquisição do controle da IEMG (B - A).....

Como resultado dessa operação o saldo do investimento da Companhia na IEMG na data da transação passou a ser o valor justo, ou seja, R\$ 38.206, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da IEMG.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos da IEMG são os seguintes:

	Contábil 31/12/2010	Ajustes valor justo	Valor justo dos ativos líquidos
Caixa e equivalentes de caixa.....	5.436	-	5.436
Contas a receber.....	10.898	-	10.898
Outros ativos circulantes.....	545	-	545
Contas a receber - concessão.....	150.341	(68.342)	81.999
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	24.461	24.461
Outros ativos não circulantes.....	2.977	-	2.977
Empréstimos e financiamentos.....	170.197	(43.881)	126.316
Fornecedores.....	(5.291)	-	(5.291)
Outros passivos circulantes.....	(1.428)	-	(1.428)
Empréstimos e financiamentos - não circulante.....	(1.045)	-	(1.045)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(57.425)	-	(57.425)
PIS e COFINS diferidos.....	(3.778)	-	(3.778)
Provisões para contingências.....	(15.540)	-	(15.540)
	-	(3.603)	(3.603)
	(84.507)	(3.603)	(88.110)
	85.690	(47.484)	38.206

A metodologia utilizada pela Companhia para determinação do valor justo do contas a receber da concessão foi o fluxo de caixa futuro descontado pela taxa efetiva de juros efetiva na data da aquisição. O ajuste de valor justo do contas a receber é realizado na mesma proporção dos fluxos financeiros de caixa, e reconhecido contabilmente no resultado (nota 26).

Inteligência Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 e Lote K do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)
E.....	Linha de transmissão Interlagos - Piratininga II (SP)	345
	Subestação Piratininga II (SP)	345/138/88
H.....	Subestações Mirassol II, Getulina e Araras (SP)	440/138
K.....	Subestação Atibaia II (SP)	345/138
	Subestação Itapeti (SP)	345/88

O projeto dos lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 tem investimento estimado em R\$ 349,0 milhões e RAP de R\$ 24,0 milhões (nota 1.2). A subestação de Araras entrou em operação em 05 de setembro de 2010. A subestação Getulina entrou em operação em 10 de março de 2011, a subestação de Mirassol entrou em operação em 17 de abril de 2011. A subestação Piratininga II entrou em operação em 26 de dezembro de 2011. A subestação Atibaia II possui previsão de entrada em operação no 2º trimestre de 2012.

O projeto do lote K do leilão 004/2011, tem investimento estimado em R\$ 43,0 milhões e RAP de R\$ 4,4 milhões. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

Inteligência Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote I do Leilão nº 001/2009 da ANEEL.

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 175,4 milhões e RAP de R\$ 25,2 milhões (nota 1.2). A subestação Salto entrou em operação em 18 de janeiro de 2012 e a subestação Jandira possui entrada em operação prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2012.

(b) Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	
						Data-base
IENNE.....	31/12/2011	81.554.000	25,0	326.214	367.859	27.771
	31/12/2010	81.079.000	25,0	324.314	338.188	9.305
IESul.....	31/12/2011	60.303.999	50,0	120.607	127.424	4.751
	31/12/2010	44.135.999	50,0	88.272	90.339	1.744
IEMadeira.....	31/12/2011	346.800.000	51,0	680.000	740.360	50.538
	31/12/2010	123.164.490	51,0	241.499	251.321	8.430
IEGaranhuns.....	31/12/2011	1.020.000	51,0	2.000	2.000	-
	31/12/2010	-	-	-	-	-

Inteligência Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)

A IENNE foi constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) - Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV, totalizando 720 km.

Em 2011, a IENNE recebeu autorização e iniciou a sua operação comercialmente.

Inteligência Elétrica Scharlau S.A. (IESul)

A IESul foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e I do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)
F.....	Linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau (RS)	230/138
	Subestação Scharlau (RS)	230/138
	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) - Curitiba C2 (PR)	230
	Linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis C3 (SC)	230
	Subestação Forquilha (SC)	230/69

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 187,5 milhões e RAP de R\$ 12,5 milhões (nota 1.2). A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010. A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis possui entrada em operação prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2013.

Inteligência Elétrica da Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)
D.....	Linha de transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2, nº 01, Em CC, 2375 Km	500/600
F.....	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	500/600

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 3.150,4 milhões e RAP de R\$ 328,0 milhões (nota 1.2), base novembro de 2008. A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer em 2012 (lote D) e 2013 (lote F).

Inteligência Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)

A IEGaranhuns foi constituída em 07 de outubro de 2011 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas no Lote L do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)
L.....	Linha de transmissão Luiz Gonzaga - Garanhuns (AL, PE)	500
	Linha de transmissão Garanhuns - Pau Ferro (PE)	500
	Linha de transmissão Garanhuns - Campina Grande III (PE, PB)	500
	Linha de transmissão Garanhuns - Angelim I (PE)	500
	Subestação Garanhuns (PE)	500/230
	Subestação Pau Ferro (PE)	500

Este projeto tem investimento estimado em R\$ 650,0 milhões e RAP de R\$ 68,9 milhões, base setembro de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para junho de 2014.

(c) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31/12/2009		Integralização de capital		Equivalência patrimonial		Perda na participação		Saldos em 31/12/2010	
Pinheiros.....	127.877	71.029	3.236	-	202.142	-	-	-	202.142	-
Serra do Japi.....	10.204	9.145	520	-	19.869	-	-	-	19.869	-
IENNE.....	48.044	34.177	2.326	-	84.547	-	-	-	84.547	-
IEMG.....	50.114	7.157	1.300	-	51.414	-	-	-	51.414	-
IESul.....	53.341	37.300	872	(160)	128.173	-	-	-	128.173	-
IEMadeira.....	222.184	1.020	-	-	223.636	-	-	-	223.636	-
	296.737	222.184	12.553	(160)	531.314				531.314	

	Saldos em 31/12/2010		Aquisição de participação		Integralização de capital		Equivalência patrimonial		Perda na participação		Saldos em 31/12/2011	
IEMG.....	51.414	15.283	-	-	12.196	(28.490)	2.445	-	(529)	-	-	52.319
Pinheiros.....	202.142	-	8.500	-	6.093	-	-	-	-	-	-	216.735
Serra do Japi.....	19.869	-	56.100	-	4.211	-	-	-	-	-		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
(viii) Em 28 de outubro de 2011, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 93,3 milhões. Foram liberados R\$ 75,0 e R\$ 15,0 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011, respectivamente. As demais liberações estão previstas para fevereiro de 2012. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 28 de fevereiro de 2014, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,65% a.a. com vencimentos trimestrais. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.

(b) Notas promissórias
(i) 4ª Emissão - emitidas em 17 de janeiro de 2011, no montante de R\$ 200,0 milhões e com liquidação em 11 de janeiro de 2012 (nota 34 (a)). Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 132 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.

(ii) 5ª Emissão - emitidas em 11 de julho de 2011, no montante de R\$ 300,0 milhões e com vencimento em 05 de julho de 2012. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 190 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias. As notas promissórias emitidas pela controlada IEMadeira em 18 de maio de 2011, no montante de R\$ 180,0 milhões, foram liquidadas em 15 de setembro de 2011.

As notas promissórias emitidas pela controlada Serra do Japi em 27 de abril de 2011, no montante de R\$ 70,0 milhões, foram liquidadas em 27 de julho de 2011.

(c) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)

(i) Em 20 de abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de Swap com o Banco Itaú BBA com o Notional de R\$ 100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 29. A operação tem o vencimento final em 26 de abril de 2013. O banco Itaú BBA possui como garantia, os direitos creditórios decorrentes de eventual saldo do ajuste positivo da operação de Swap.

(ii) Em 17 de outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de USD 85.787.818,13 com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de Swap com o Banco JP Morgan e Notional no valor de R\$ 150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 29.

(d) Conta garantida com limite de R\$ 20,0 milhões da controlada IENNE junto ao Banco Bradesco S.A. Os encargos nominais correspondem a 100,0% do CDI + 2,0% a.a.

(e) Em 19 de maio de 2010, a controlada IENNE assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da Linha de Transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização será em 216 parcelas mensais a partir de junho de 2012, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 15 de julho de 2011, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 1,8% a.a., com vencimentos trimestrais. Em 09 de junho de 2011, a fiança bancária teve seu vencimento prorrogado para 08 de julho de 2012.

(f) Em 04 de agosto de 2010, a controlada IESul assinou contrato de cédula de crédito bancário com o banco Citibank S.A., com um limite de R\$ 17,0 milhões e liquidada em 03 de março de 2011. Os encargos incidentes sobre esta operação foram pagos mensalmente.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2012	-	128.771	-	132.449
2013	429.482	128.671	451.771	132.963
2014	149.036	128.626	172.425	133.201
2015	74.521	64.316	98.201	69.183
2016	43	43	23.975	5.161
Após 2016	151	150	237.892	67.075
	653.293	450.577	984.264	540.032

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldos em 31/12/2009	-	938.476	-	1.049.410
Adições de empréstimos	-	160.428	-	444.868
Pagamentos (principal e juros)	-	(578.839)	-	(673.895)
Variação de participação em controlada (IESUL)	-	67.117	-	(11.768)
Juros e variações monetárias e cambiais	-	63.829	-	63.829
Saldos em 31/12/2010	-	583.894	-	872.445
Adições	-	834.830	-	1.350.266
Pagamentos (principal e juros)	-	(197.448)	-	(383.161)
Juros e variações monetárias e cambiais	-	125.429	-	152.387
Saldos em 31/12/2011	-	1.346.705	-	1.991.937

15. Debêntures

	Vencimento	Quantidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
				2011	2010	2011	2010
1ª série	15/12/2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	490.736	490.405	490.736	490.405
2ª série	15/12/2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	67.117	65.388	67.117	65.388
Série única IEMadeira	15/09/2012	420	106,5% do CDI	-	221.608	-	-
Circulante				557.853	555.793	779.461	555.793
Não circulante				168.217	2.154	389.825	2.154
				389.636	553.639	389.636	553.639

Em dezembro de 2009, a CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$ 548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e de dezembro de cada ano, sendo a terceira paga em 15 de junho de 2011 e a quarta em 15 de dezembro de 2011.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2011, de 2012, de 2013, de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017, tendo a primeira ocorrida em 15 de junho de 2011.

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e EBITDA/Resultado financeiro = 3,0.

Em setembro de 2011, a IEMadeira emitiu 420 debêntures no montante total de R\$ 420,0 milhões, com entrada do recurso de 400 debêntures em 15 de setembro de 2011 e 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2012	-	168.092	-	168.092
2013	163.204	163.206	163.204	163.206
2014	177.939	176.878	177.939	176.878
2015	16.164	15.153	16.164	15.153
2016	16.163	15.155	16.163	15.155
Após 2016	16.166	15.155	16.166	15.155
	389.636	553.639	389.636	553.639

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldos em 31/12/2009	-	548.589	-	548.589
Adições	-	(54.852)	-	(54.852)
Pagamentos (principal e juros)	-	62.056	-	62.056
Juros e variações monetárias e cambiais	-	555.793	-	555.793
Saldos em 31/12/2010	-	555.793	-	555.793
Adições	-	(70.213)	-	(70.213)
Pagamentos (principal e juros)	-	72.273	-	89.881
Juros e variações monetárias e cambiais	-	557.853	-	779.461
Saldos em 31/12/2011	-	557.853	-	779.461

16. Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda	38.249	45.952	38.391	45.952
Contribuição social	13.924	16.633	13.983	16.633
COFINS	7.678	7.141	7.976	7.210
PIS	1.665	1.549	1.730	1.564
Programa bolsa estudos	864	1.542	864	1.542
INSS	6.430	6.014	7.524	6.206
ISS	2.790	3.630	3.421	3.936
Outros	5.871	5.270	6.384	5.702
	77.471	87.731	80.273	88.745

17. Impostos parcelados - Lei nº 11.941 - controladora e consolidado

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$ 141.162, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$ 42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para serem pagas a partir de 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contado a partir de dezembro de 2009.

Em virtude da opção de pagamento em 180 meses a Companhia gerou uma receita de redução de multa e juros no valor de R\$ 21.013 sobre o valor total devido, reconhecido no resultado financeiro. Esta receita para fins de imposto de renda e contribuição social não integra o resultado tributável da empresa conforme Lei 11.941/09.

A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	2011	2010
Saldo Inicial	155.317	147.738
Redução de multa e juros (benefício da Lei)	(21.013)	-
Atualização monetária sobre o débito	30.202	7.580
Pagamentos efetuados (*)	(6.997)	(1)
	157.509	155.317
Circulante	12.273	10.353
Não circulante	145.236	144.964

(*) Até que ocorresse a homologação do parcelamento pela Receita Federal do Brasil, o pagamento mensal era no montante de R\$ 100,00 (cem reais).

18. Encargos regulatórios a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	50.086	39.033	50.364	39.114
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.834	2.179	1.834	2.179
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	2.592	3.620	2.592	3.620
Reserva Global de Reversão - RGR	4.050	5.443	4.917	5.629
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.269	1.143	1.269	1.143
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	182	48
	59.831	51.418	61.156	51.733
Circulante	27.497	49.244	28.824	49.559
Não circulante	32.334	2.174	32.334	2.174

(i) A Companhia e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.

19. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Férias e encargos sociais	17.405	16.417	17.840	16.795
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	5.419	5.786	5.419	5.786
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	6	87	6	87
Contingências (a)	101.832	161.682	101.832	161.682
	124.662	183.972	125.109	184.350
Circulante	22.830	22.284	23.277	22.662
Não circulante	101.832	161.688	101.832	161.688

(a) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas (i)	87.795	145.993	87.807	145.993
Cíveis	3.347	3.844	3.347	3.844
Fiscais - IPTU (ii)	7.608	7.527	7.608	7.527
Previdenciárias - INSS (iii)	1.439	3.635	1.439	3.635
ANEEL (iv)	1.643	683	1.643	683
	101.832	161.682	101.844	161.682

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$ 52.867 (R\$ 27.914 em 31 de dezembro de 2010), conforme nota 10.

(ii) Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$ 7.608.

(iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa efetuando depósito judicial no montante de R\$ 8.243, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados". Em janeiro de 2010, transitou em julgado decisão desfavorável à Companhia nos processos relacionados à vale-refeição, lanche matinal e parte da cesta básica, permanecendo os demais em andamento. Consequentemente, a parcela correspondente aos valores depositados judicialmente, no montante de R\$ 5.498, foram revertidos à União e baixados contra o resultado, sob a rubrica despesas gerais administrativas, considerando que não havia sido constituída provisão para essa contingência.

(iv) ANEEL

A Companhia foi notificada pela ANEEL pelo não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizada pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004 com multa no valor de R\$ 1.981, e pelo não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da Linha de Transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005 com multa no valor de R\$ 886, perfazendo o total de R\$ 2.867. Em 30 de junho de 2010, a provisão foi revertida contra o resultado, sob a rubrica despesas gerais administrativas.

Adicionalmente, a Companhia mantém provisão referente ao processo decorrente do auto de infração da ANEEL 001/1999-SFE que impôs multa, relacionada a interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

(v) Processos com perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, no montante estimado de R\$ 119.512 (R\$ 101.252 em 2010), concentradas principalmente em trabalhistas, que em 2011 totalizava R\$ 65.736 (R\$ 59.517 em 2010) para as quais não foi constituída provisão.

(vi) Movimentação das provisões para contingências:

	Controladora					
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	ANEEL	Total
Saldos em 31/12/2009	147.344	3.219	8.239	5.398	3.642	167.842
Constituição	12.523	966	-	-	-	13.489
Reversão/pagamento	(23.396)	(687)	(838)	(2.256)	(2.959)	(30.136)
Atualização	9.522	346	126	493	-	10.487
Saldos em 31/12/2010	145.993	3.844	7.527	3.635	683	161.682
Constituição	25.908	1.948	-			



Sua energia
NOS INSPIRA

IBOVESPA

B3 IEE

IBRX

IGC

MLCX

B3 IEE

B3 IEE

CTEP
www.ctep.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reuniões extraordinárias realizadas em 11 de janeiro, 30 de março e 28 de junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, em 22 de janeiro, 20 de abril e 23 de julho de 2010, de dividendos referentes ao lucro de 2009, nos montantes de R\$ 161.000, R\$ 129.980 e R\$ 77.302, correspondentes a R\$ 1,068656, R\$ 0,862756 e R\$ 0,509143 por ação, respectivamente.

Em 2010, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

Data RCA	Juros sobre capital próprio		Dividendos intermediários		Pagamento
	Total	Por ação	Total	Por ação	
30/03/2010	61.920	0,411002	-	-	20/04/2010
28/06/2010	62.926	0,414452	63.671	0,419364	23/07/2010
30/09/2010	63.720	0,419682	146.280	0,963453	25/10/2010
17/12/2010	63.027	0,415119	112.073	0,738152	28/01/2011
	251.593	1,660255	322.024	2,120969	

Em reuniões realizadas em 31 de março de 2011 e 30 de junho de 2011, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, em 29 de abril de 2011 e 28 de julho de 2011, de dividendos referentes ao lucro de 2010, no montante de R\$ 181.307, R\$ 16.714, correspondentes a R\$ 1,194154 e R\$ 0,110087 por ação, respectivamente.

Em 2011, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

Data RCA	Juros sobre capital próprio		Dividendos intermediários		Pagamento
	Total	Por ação	Total	Por ação	
31/03/2011	65.693	0,432676	-	-	29/04/2011
30/06/2011	63.461	0,417975	160.525	1,057275	28/07/2011
30/09/2011	61.228	0,403273	172.772	1,137935	31/10/2011
21/12/2011	64.158	0,420264	169.842	1,112539	30/01/2012
	254.540	1,674188	503.139	3,307749	

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos em 2011 é de R\$ 915.216 (R\$ 751,675 em 2010).

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar para partes relacionadas é de R\$ 84.827 (nota 28) e R\$ 147.329 para os demais acionistas. O estatuto social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, correspondente a R\$ 116,2 milhões, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	915.260	812.171
Constituição da reserva legal	(16.762)	(40.609)
Realização da reserva de lucros a realizar	2.217	3.240
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	2.156	2.522
Base de cálculo de dividendos	902.871	777.324
Dividendos mínimos obrigatórios	(116.263)	(111.991)
Dividendos intermediários adicionais	(641.416)	(461.626)
Constituição da reserva estatutária	(4.272)	(5.686)
Constituição da reserva de retenção de lucros	(109.571)	-
Destinação para dividendos adicionais propostos	31.349	198.021

(c) Reservas de capital

	2011	2010
Subvenções para investimento - CRC (i)	1.264.084	1.264.084
Remuneração das imobilizações em curso (ii)	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
Incentivos fiscais - FINAM	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 9)	147.912	176.744
	2.202.281	2.231.113

(i) Subvenções para investimentos - CRC

A Conta de Resultados a Compensar (CRC) foi instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e pela Lei nº 5.655/1971 para remunerar as concessionárias de energia elétrica por certos investimentos por ela realizados. A Lei nº 8.631/1993 extinguiu a CRC e, posteriormente, a Lei nº 8.724/1993 estabeleceu que os créditos de CRC, fossem registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento a conta de "Reserva de Capital".

Conforme facultado pelo CPC nº 13, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 referente à CRC, bem como as demais doações e subvenções para investimentos registrados como reserva de capital no patrimônio líquido, até sua total utilização nas formas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Remuneração das imobilizações em curso

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(d) Reservas de lucro

	2011	2010
Reserva legal (i)	232.525	215.763
Reserva estatutária (ii)	116.263	111.991
Reserva de lucros a realizar (iii)	31.076	33.293
Reserva de retenção de lucros (iv)	762.648	653.077
	1.142.512	1.014.124
Dividendos adicionais propostos	31.349	198.021
	1.173.861	1.212.145

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, a reserva legal já representa 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, a reserva estatutária já representa 10% do capital social.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995. Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de "Lucros acumulados" mensalmente.

(iv) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias foram destinadas a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital, bem como para o capital de giro da Companhia.

(e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor do acionista controlador, a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 31 de dezembro de 2011.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de dezembro de 2011, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2011	2010
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido - R\$ mil	915.260	812.171
Média ponderada de ações		
Ordinárias	63.877.151	63.655.793
Preferenciais	87.974.031	87.810.218
	151.851.182	151.466.011
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	66.959.787	67.266.926
Preferenciais	87.974.031	87.810.218
	154.933.818	155.077.144
Lucro básico por ação	6,02735	5,36207
Lucro diluído por ação	5,90743	5,23721

23. Receita operacional líquida

23.1 Composição da receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta				
Construção (a)	265.387	147.659	1.103.686	693.803
Operação e Manutenção (a)	540.616	440.789	555.127	442.469
Financeira (b)	1.476.988	1.371.585	1.589.969	1.398.245
Arrendamentos	13.703	12.797	13.703	12.797
Prestação de serviços	6.004	4.228	6.204	4.229
Total da receita bruta	2.302.698	1.977.058	3.268.689	2.551.543
Tributos sobre a receita				
COFINS	(104.089)	(85.236)	(177.541)	(128.896)
PIS	(22.378)	(18.487)	(38.325)	(27.967)
ISS	(301)	(212)	(301)	(212)
	(126.768)	(103.935)	(216.167)	(157.075)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(40.737)	(32.524)	(40.737)	(32.524)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(26.021)	(27.197)	(26.021)	(27.197)
Reserva Global de Reversão - RGR	(52.730)	(46.808)	(54.042)	(46.972)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(18.177)	(16.117)	(18.499)	(16.202)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(12.418)	(15.287)	(12.418)	(15.287)
	(150.083)	(137.933)	(151.717)	(138.182)
	2.025.847	1.735.190	2.900.805	2.256.286

(a) Serviços de construção e operação e manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

23.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

* Primeiro ciclo de revisão tarifária periódica

Por intermédio da Resolução nº 488, de 26 de junho de 2007, foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, reduzindo a RAP em 26,15%, que foi aplicado sobre as parcelas Rede Básica Novas Instalações - RBNI e Demais Instalações Novos Investimentos - RCDM vigentes em 1º de julho de 2005.

O resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroagidos à data de 1º de julho de 2005. A arrecadação a maior no período de julho de 2005 a 30 de junho de 2007, no montante de R\$ 66.688, foi compensada em 24 (vinte e quatro) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

* Segundo ciclo de revisão tarifária periódica

A revisão periódica prevista contratualmente para ocorrer em julho de 2009 foi postergada para julho de 2010. Em 21 de dezembro de 2009, a ANEEL publicou Resolução Normativa nº 386, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas - RTP das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

O artigo 6º da Resolução Normativa nº 386/09, define que o resultado do reposicionamento tarifário terá seus efeitos a partir de 01 de julho de 2009. Considerando tal retroatividade e a redução do custo de capital, para este segundo ciclo, de 9,18% para 7,24%. Ajustes positivos e negativos oriundos do reposicionamento tarifário afetam os fluxos de caixa esperados pela Companhia para os seus ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, são reconhecidos como ajustes na receita financeira no período em que ocorrem.

O resultado do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica foi homologado pela Resolução nº 994 de 08 de junho de 2010 a ANEEL, tendo sido fixado o reposicionamento tarifário da Companhia em menos 20,4%, a ser aplicado sobre a parcela RBNI e RCDM vigentes em 1º de junho de 2009.

Em virtude dos efeitos retroativos da nova receita, o valor de R\$ 82.086 arrecadado a maior no período de 01 de julho de 2009 a 30 de junho de 2010, foi compensado em 12 (doze) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

23.3 Parcela Variável - PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa nº 270 de 09 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável - PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

23.4 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2011, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.171, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da CTEEP, que era de R\$1.760.758 em 01 de julho de 2010, passou para R\$ 2.008.277 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$ 247.519, equivalente a 14,1%. A RAP da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$ 1.861.195 em 01 de julho de 2010, passou para R\$ 2.120.592 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$ 259.397, equivalente a 13,9%.

A RAP da Companhia a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
	1.241.581	314.290	15.925	(17.927)	360.076	106.099	(11.767)	2.008.277

A RAP da Companhia e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
004/2007	14.193	-	-	-	-	-	-	14.193
012/2008	-	-	7.386	-	-	-	-	7.386
015/2008	13.474	-	-	-	-	-	-	13.474
018/2008	-	-	3.174	-	-	-	-	3.174
026/2009	-	-	25.200	-	-	-	-	25.200
001/2008	36.435	-	-	-	-	-	-	36.435
013/2008	4.447	-	-	-	-	-	-	4.447
016/2008	8.006	-	-	-	-	-	-	8.006
	1.318.136	314.290	51.685	(17.927)	360.076	106.099	(11.767)	2.120.592

24. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal	(166.772)	(37.392)	(204.164)	(196.777)
Serviços	(223.469)	(40.838)	(264.307)	(203.991)
Depreciação	-	(6.116)	(6.116)	(6.021)
Materiais	(170.457)	(1.303)	(171.760)	(128.543)
Arrendamentos e aluguéis	(8.272)	(4.760)		



Sua energia NOS INSPIRA

ISA CTEEP
www.cteep.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2009, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da IEMG. Em 2011, foi assinado termo de distrato, determinando a cessação da prestação do serviço.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a IESul no valor total de até R\$ 63.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Pinheiros no valor total de até R\$ 100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Serra do Japi no valor total de até R\$ 55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

29. Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	151.021	40.334	207.295	54.983
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	1.434.110	1.413.681	1.474.794	1.424.390
Não circulante	3.423.417	3.231.704	5.335.027	4.225.309
Valores a receber - Secretaria da Fazenda				
Circulante	14.906	22.938	14.906	22.938
Não circulante	810.750	681.129	810.750	681.129
Créditos com controladas	-	56.338	-	-
Cauções e depósitos vinculados	61.886	42.248	61.886	42.248
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	-	-	1.673	-
Não circulante	53.736	-	54.195	-
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	693.472	133.317	1.007.673	332.413
Não circulante	653.233	450.577	984.264	540.032
Debêntures				
Circulante	168.217	2.154	389.825	2.154
Não circulante	389.636	553.639	389.636	553.639
Fornecedores	48.781	48.856	83.056	93.964
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	232.156	193.822	232.156	193.822
Valor justo através do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	27.226	-	27.226	-
Não circulante	-	-	-	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Companhia celebrou em 26 de abril e 17 de outubro de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos Swap, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962.

A controlada IEMadeira celebrou em 29 de abril de 2011, contrato de instrumento financeiro derivativo (NDF), designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contratação de fornecimento de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio.

A Companhia e sua controlada IEMadeira classificam os derivativos contratados como Hedge de Valor Justo (Fair Value Hedge), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39, a Companhia adotou o "Hedge Accounting".

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

Curto prazo	Vencimento	Controladora		Controladora	
		Valor de referência (Nocional) 31/12/2011	Valor Justo 31/12/2011	Valor a receber (pagar) 31/12/2011	Valor a receber (pagar) 31/12/2011
Posição ativa:					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	7.135	7.135	-	-
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	6.823	6.823	-	-
Posição passiva:					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	(7.135)	(14.396)	(7.261)	(7.261)
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(6.823)	(26.788)	(19.965)	(19.965)
Valor líquido					
		-	(27.226)	(27.226)	(27.226)
Longo prazo					
Curto prazo	Vencimento	Controladora		Controladora	
		Valor de referência (Nocional) 31/12/2011	Valor Justo 31/12/2011	Valor a receber (pagar) 31/12/2011	Valor a receber (pagar) 31/12/2011
Posição ativa:					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	114.941	114.941	-	-
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	152.293	152.293	-	-
Posição passiva:					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	(114.941)	(88.063)	26.878	26.878
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(152.293)	(125.435)	26.858	26.858
Valor líquido					
		-	53.736	53.736	53.736
Consolidado					
Curto prazo	Vencimento	Controladora		Controladora	
		Valor de referência (Nocional) 31/12/2011	Valor Justo 31/12/2011	Valor a receber (pagar) 31/12/2011	Valor a receber (pagar) 31/12/2011
Posição ativa:					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	7.135	7.135	-	-
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	6.823	6.823	-	-
NDF (Instituições Financeiras)	Junho a setembro de 2013	34.067	35.740	1.673	1.673
Posição passiva:					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	(7.135)	(14.396)	(7.261)	(7.261)
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(6.823)	(26.788)	(19.965)	(19.965)
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013	(34.067)	(34.067)	(27.226)	(27.226)
Valor líquido					
		(48.025)	(75.251)	(27.226)	(27.226)
		-	(25.553)	(25.553)	(25.553)
Longo prazo					
Curto prazo	Vencimento	Controladora		Controladora	
		Valor de referência (Nocional) 31/12/2011	Valor Justo 31/12/2011	Valor a receber (pagar) 31/12/2011	Valor a receber (pagar) 31/12/2011
Posição ativa:					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	114.941	114.941	-	-
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	152.293	152.293	-	-
NDF (Instituições Financeiras)	Junho a setembro de 2013	14.039	14.498	459	459
Posição passiva:					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	(114.941)	(88.063)	26.878	26.878
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(152.293)	(125.435)	26.858	26.858
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013	(14.039)	(14.039)	-	-
Valor líquido					
		(281.273)	(227.537)	53.736	53.736
		-	54.195	54.195	54.195

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	693.472	133.317	1.007.673	332.413
Não circulante	653.233	450.577	984.264	540.032
Debêntures				
Circulante	168.217	2.154	389.825	2.154
Não circulante	389.636	553.639	389.636	553.639
Dívida total	1.904.558	1.139.687	2.771.398	1.428.238
Caixa e equivalentes de caixa	151.021	40.334	207.295	54.983
Dívida líquida	1.753.537	1.099.353	2.564.103	1.373.255
Patrimônio líquido	4.539.434	4.563.835	4.539.434	4.563.835
Índice de endividamento líquido	38,6%	24,1%	56,5%	30,1%

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados na nota explicativa 14.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia e suas controladas mantem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão - DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (nota 23.2).

(iii) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 14 e 15).

(iv) Risco de taxa de câmbio - A Companhia eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo Swap, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 14(c)). A sua controlada IEMadeira eliminou o risco de taxa de câmbio, contratando instrumento de derivativo, designado como *hedge* de valor justo. A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.

(v) Risco de captação - A Companhia e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.

(vi) Risco de seguros - A Companhia e suas controladas contratam seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Entretanto, face às dificuldades em contratar seguradoras para cobrir eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica, estas não fazem seguros contra esses riscos. Assim sendo, eventuais danos ocorridos nas linhas de transmissão poderão acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

(vii) Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da Companhia e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(d) Análise de sensibilidade

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Na Companhia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$ 63,7 milhões, e *Commercial Paper* em outubro de 2011 no montante de US\$ 85,7 milhões (nota 14 (c)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Na sua controlada IEMadeira o risco decorre da possibilidade da perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos dos contratos de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio em moeda estrangeira. Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a controlada IEMadeira possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do valor principal desse endividamento.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 31 março de 2012, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Quadro 1 - com apreciação da taxa				
Ativos e Passivos Financeiros				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	139.922	167.906
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	145.900	182.376	218.851
Swap Ponta Ativa - CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(139.922)	(167.906)
Swap Ponta Ativa - Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(145.900)	(182.376)	(218.851)
Variação		-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros		Apreciação da taxa em		25%
Taxa do Dólar USD/R\$		1,72	2,15	2,58
Quadro 2 - com depreciação da taxa				
Ativos e Passivos Financeiros				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	83.953	55.968
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	145.900	109.425	72.950
Swap Ponta Ativa - CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(83.953)	(55.968)
Swap Ponta Ativa - Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(145.900)	(109.425)	(72.950)
Variação		-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros		Depreciação da taxa em		25%
Taxa do Dólar USD/R\$		1,72	1,29	0,86

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Quadro 1 - com apreciação da taxa				
Ativos e Passivos Financeiros				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	139.922	167.906
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	145.900	182.376	218.851
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	46.164	57.663	69.332
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.266	2.832	3.399
Swap Ponta Ativa - CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(139.922)	(167.906)
Swap Ponta Ativa - Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(145.900)	(182.376)	(218.851)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(46.164)	(57.663)	(69.332)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.266)	(2.832)	(3.399)
Variação		-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros		Apreciação da taxa em		25%
Taxa do Dólar USD/R\$		1,72	2,15	2,58
Taxa da Libra GBP/R\$		2,69	3,36	4,04
Quadro 2 - com depreciação da taxa				
Ativos e Passivos Financeiros				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	83.953	55.968
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	145.900	109.425	72.950
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	46.164	34.666	23.168
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.266	1.699	1.133
Swap Ponta Ativa - CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(83.953)	(55.968)
Swap Ponta Ativa - Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(145.900)	(109.425)	(72.950)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(46.164)	(34.666)	(23.168)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.266)	(1.699)	(1.133)
Variação		-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros		Depreciação da taxa em		25%
Taxa do Dólar USD/R\$		1,72	1,29	0,86
Taxa da Libra GBP/R\$		2,69	2,02	1,35

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Quadro 1 - Risco de Elevação dos Indexadores				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Quadro 2 - Risco de Queda dos Indexadores

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras.....	99,5% CDI	212	160	108
Aplicações financeiras.....	101% CDI	402	304	205
Passivos financeiros				
Notas Promissórias - 4ª emissão.....	CDI+0,40%	1.833	1.407	973
Notas Promissórias - 5ª emissão.....	CDI+0,48%	7.944	6.102	4.229
Debêntures 1ª série.....	CDI+1,30%	13.396	10.523	7.600
Debêntures 2ª série.....	IPCA+8,10%	2.336	2.088	1.837
FINEM BNDES I.....	TJLP+2,30%	6.682	5.496	4.298
FINEM BNDES II.....	TJLP+1,80%	3.775	3.063	2.343
Banco Bradesco.....	CDI+2,0%	126	101	75
BNDES (IEMG).....	TJLP+2,40%	1.193	984	773
BNDES (IEMadeira).....	TJLP+2,80%	6.551	5.454	4.345
BNDES (IESul).....	TJLP+2,40%	198	163	128
BNDES (Pinheiros).....	TJLP+2,60%	2.660	2.204	1.744
BNDES (Serra do Japi) Sub A.....	TJLP+1,95%	943	769	592
BNDES (Serra do Japi) Sub B.....	TJLP+1,55%	787	633	478
Debêntures IEMadeira.....	106,5% do CDI	5.613	4.248	2.859
Derivativos				
Swap IBBA (Posição MTM).....	103,5% CDI	2.524	1.910	1.285
Swap JP Morgan (Posição MTM).....	98,30% CDI	3.569	2.699	1.815
Efeito líquido da variação.....		(59.516)	(47.380)	(35.061)
Referência para Ativos Financeiros				
99,5% CDI (março de 2012).....		9,83%	7,37%	4,92%
101% CDI (março de 2012).....		9,98%	7,48%	4,99%
Referência para Passivos Financeiros				
98,30% CDI.....		9,71%	7,28%	4,86%
100% CDI (março de 2012).....		9,88%	7,41%	4,94%
100% CDI (março de 2012).....		9,88%	7,41%	4,94%
101% CDI (março de 2012).....		9,98%	7,48%	4,99%
103,5% CDI.....		10,23%	7,67%	5,11%
TJLP% a.a.....		6,00%	4,50%	3,00%
IPCA% (Acumulado 12 meses).....		6,00%	4,50%	3,00%

30. Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	2011	2010
Até um ano.....	6.210	3.133
Mais de um ano até cinco anos.....	8.002	3.411
	14.212	6.544

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Companhia como arrendatário são operações de sub-locação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 28 - transações com partes relacionadas.

31. Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora			
	Vigência	Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil	
Patrimonial (a).....	01/09/11 a 01/09/12	2.401.635	2.643	
Responsabilidade Civil Geral (b).....	01/09/11 a 01/09/12	20.000	223	
Transportes Nacionais (c).....	30/09/11 a 30/09/12	214.613	34	
Acidentes Pessoais Coletivos (d).....	01/05/11 a 01/05/12	26.767	1	
Automóveis (e).....	02/03/11 a 02/03/12	Valor de mercado	35	
			2.936	
			3.449	
Modalidade	Consolidado			
	Vigência	Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil	
Patrimonial (a).....	09/07/09 a 19/12/12	2.635.324	2.947	
Responsabilidade Civil Geral (b).....	01/09/09 a 19/12/12	33.000	415	
Transportes Nacionais (c).....	16/07/09 a 15/12/12	231.632	51	
Acidentes Pessoais Coletivos (d).....	01/05/11 a 01/05/12	26.767	1	
Automóveis (e).....	02/03/11 a 02/03/12	Valor de mercado	35	
			3.449	

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Cláusula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
 - (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
 - (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
 - (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
 - (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.
- As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - "Eletropaulo"), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do polo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

A CTEEP com o fulcro de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS.

33. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a intervenção da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. Para o cumprimento das decisões judiciais, a CTEEP requer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

A Secretaria da Fazenda do Estado vem repassando à CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, bem como da decisão do Superior Tribunal da Justiça, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2011, o valor de R\$ 1.927.563 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$ 1.268.799 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$ 658.764 (nota 7 (c)), foi requerida pela Companhia inicialmente em processo administrativo, tendo sido proposta em dezembro de 2010 a competente ação judicial de cobrança contra a Fazenda do Estado de São Paulo.

A CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência destes fatos, a Companhia registra essa diferença como valores a receber da Fazenda do Estado (nota 7 (c)).

34. Eventos subsequentes

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 11 de janeiro de 2012, ocorreu a 6ª emissão de notas promissórias no montante de R\$ 400,0 milhões e com vencimento em 05 de janeiro de 2013. Os encargos nominais correspondem a 104,9% do CDI.

Em 11 de janeiro de 2012 foi liquidada a 4ª emissão de notas promissórias.

Em 13 de janeiro de 2012, foram assinados os aditivos aos contratos de financiamentos entre o BNDES e a controlada IEMadeira (nota 14 (iv)) alterando o vencimento de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

(b) Entrada em operação de subestação

A subestação Salto da controlada Serra do Japi, entrou em operação em 18 de janeiro de 2012.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 30 de janeiro de 2012 a Companhia efetuou o pagamento e/ou deixou à disposição os dividendos e juros sobre capital próprio deliberados em reunião do Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2011 (nota 22 (b)).

35. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2012. Estas demonstrações financeiras, bem como as demonstrações contábeis regulatórias, mencionadas na nota 2.5, estarão disponíveis no sítio da Companhia a partir de 15 de março e 30 de abril de 2012, respectivamente.

A ADMINISTRAÇÃO

CONTADOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA

CARISA SANTOS PORTELA CRISTAL
CRC 1SP 218186/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o Art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas segundo os princípios estabelecidos no Capítulo XV do referido diploma legal e o Relatório

da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício social. Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Contábeis e as informações complementares estão aptas a serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. São Paulo, 07 de março de 2012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considerou os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia") em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia") em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia") essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme descrito na nota explicativa 33, a Lei 4.819/58 concedeu aos servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos, com destaque para a complementação de aposentadoria e concessão de pensões, e estabeleceu que as despesas decorrentes da mesma são de responsabilidade integral do Governo do Estado. A operacionalização dos pagamentos envolve a Fundação CESP, que prepara a folha de pagamento e o Governo do Estado, que repassa o valor à CTEEP (que por sua vez repassa à Fundação CESP para pagamento ao beneficiário final). Esse tem sido o procedimento desde a cisão da CESP que criou a CTEEP e, até dezembro de 2003, foi integralmente cumprido por todas as partes. A partir de 2004 o Governo do Estado de São Paulo requereu o direito de processar a folha de pagamento e efetuar o pagamento aos beneficiários diretamente. Entretanto, em janeiro de 2006, a Fazenda do Estado, diante de parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a glosar parte dos benefícios pagos aos aposentados e, desde então, tem gerado o contas a receber junto ao Governo, uma vez que a Companhia efetua o pagamento das parcelas glosadas para integralizar os benefícios, conforme requerido pela decisão da 49ª Vara do Trabalho. A Administração da Companhia, além de ampla e fortemente amparada por opinião de seus assessores legais e, também baseada no fato que a Fazenda do Estado não discute sua integral responsabilidade de prover os recursos financeiros pelos pagamentos dos benefícios relacionados à aplicação da Lei 4.819/58 por ele instituída, entende que nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse contas a receber deve ser registrada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa opinião não está ressalvada em função destes assuntos.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de março de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti

Contador CRC 1SP144343/O-3

Marcos Alexandre S. Pupo

Contador CRC 1SP221749/O-0